

CONSELHO GERAL | ADVOCACIA

Parecer do Conselho Geral

Processo

24/PP/2020-G

Data do documento

8 de janeiro de 2021

Relator

Pedro Teixeira Reis

DESCRITORES

Participação em Programa de Rádio

SUMÁRIO

N.D.

TEXTO INTEGRAL

Processo nº 24/PP/2020-G Objecto: Participação em programa de rádio Relator: Pedro Teixeira Reis
Aprovação: 8 de Janeiro de 2021

QUESTÃO A DECIDIR

Veio o Sr. Advogado, Dr. (...), solicitar parecer prévio sobre a participação em programa de rádio. Esclarece que foi convidado, por uma rádio local, para participar num programa destinado ao tratamento geral e teórico de problemas jurídicos. Cada programa terá inicialmente a duração de 10/15 minutos, uma vez por semana, mas, dependendo da aceitação do público, poderá passar a diário. Os ouvintes deixarão as suas questões na página da rádio ou nas redes sociais. Haverá uma selecção do assunto a ser tratado em cada programa, seja na generalidade, ex. arrendamento, seja em questões em concreto, por ex. actualização das rendas; oposição à renovação. Não haverá lugar à realização de consultas, para além de se recomendar sempre o recurso a Advogado para informações mais pormenorizadas. Para evitar a angariação activa de clientela, apenas haverá a identificação do nome profissional do ora Consulente, como convidado e participante. Mais esclareceu que a rádio pretende ainda disponibilizar os conteúdos do programa nas redes sociais e no formato “podcast” na sua página de internet, para permitir a divulgação do programa e permitir que mais ouvintes tenham acesso à informação.

APRECIÇÃO

A questão da participação de Advogados em “consultórios jurídicos” já foi tratada pela Ordem dos Advogados, sendo disso exemplo os Pareceres do Conselho Geral E-03/2001, 25/05, E-03/2007, 26/10, entre outros. Na verdade, o referido Parecer E-03/2001, relatado pelo Sr. Dr. José Reina, refere que “Analisando a situação, e atendendo a um parecer recentemente aprovado por este Conselho Geral em

11/05/2001, tem sido orientação dominante considerar como admissíveis os “consultórios jurídicos” desde que se analisem os problemas em âmbito geral, ou transmitindo meras orientações, tendo sempre em conta o direito dos cidadãos à informação constitucionalmente consagrado no artº. 20º. da C.R.P.” Porém, permitimo-nos recuar mais algum tempo atrás e trazer à liça um parecer do Conselho Geral datado de 03/07/1987, superiormente relatado pelo Sr. Dr. Rui Pena, publicado na Revista da Ordem dos Advogados, Ano 48, tomo 2, pag. 620 e ss., relativo à participação de Advogados em programas de rádio ou de televisão, com o qual concordamos na íntegra e fazemos nossa toda a sua fundamentação: “... 2. O Direito é uma criação do homem e tem como destinatário o próprio homem. Levado pelo instinto natural da sociabilidade e também pelo sentimento da sua fraqueza, o homem tem de viver em sociedade. E em sociedade, cada indivíduo não é o único a querer viver, a querer desenvolver a sua vida, a querer ser e a querer ter. Muitos outros como ele, ao mesmo tempo, movidos por idênticas necessidades, visam o mesmo objectivo e através dos mesmos meios. É a concorrência vital, essa luta incessante de energias individuais tendo em vista a conquista dos meios de viver. Daí os conflitos de interesse suscitados pela necessidade, pelo egoísmo, porventura pela inveja ou pelo ódio. Impôs-se a lei do mais forte geradora de violência e anarquia. Mas, a pouco e pouco, o homem conseguiu superar este estado natural, e admitiu regular os conflitos de interesse decorrentes da vida em comum, abdicando um pouco da sua liberdade para permitir aos outros gozar a própria liberdade nas mesmas condições. São estas limitações impostas à livre iniciativa de cada qual, no interesse do bem e da paz comuns, que se exprimem sob a forma de regras de conduta que cada homem deve observar nas suas relações com os demais, e que constituem o Direito. 3. Se o Direito, na sua mais íntima essência é a conciliação da liberdade de cada um com a igualdade de todos, ele é o sustentáculo da própria sociedade, assegurando-lhe ordem e paz, desempenhando um papel social de relevância extrema. Daí que deva ser conhecido para poder ser cumprido e respeitado. Saber em que lei se vive é uma necessidade primária do homem civilizado e uma condição indispensável para o seu progresso moral e social. Defender o acesso ao Direito não é apenas criar mais jurisdições e instrumentos que facilitem ao cidadão a defesa dos seus legítimos interesses; mas, é sobretudo fazer com que cada um conheça o que deve e pode fazer, prevenindo eventuais conflitos através de uma correcta divulgação das normas jurídicas. Importará, assim, eliminar, também neste aspecto, a barreira da ignorância. O papel dos advogados e da Ordem na realização de uma política de acesso ao Direito, passará por uma sã e correcta pedagogia jurídica que devem exercer não apenas na sua

actividade profissional, na consulta, no parecer ou na alegação, mas através dos meios de divulgação e comunicação social que em cada caso lhes seja permitido utilizar. 4. Esta afirmação deve ser tanto mais sublinhada quanto, por força da conhecida inflação legislativa, o nosso ordenamento jurídica está a ficar cada vez mais desordenado e sujeito, por vezes, à ambiguidade, à incoerência, à falta de clareza e quando não ao capricho do próprio legislador. Os juristas não são os destinatários das normas, mas sim os próprios cidadãos, pelo que estas não podem deixar de ser compreensíveis como têm de ser divulgadas. Daí considerar-se em termos gerais como socialmente útil toda e qualquer iniciativa que vise estreitar e simplificar a relação entre a norma jurídica e o seu destinatário, designadamente através da rádio ou televisão. 5. O Direito tecnicizou-se e, por isso, o trabalho de divulgação não deve ser feito por profanos, mas por quem dê sérias garantias de competência técnica. O Advogado é, entre todos os juristas,

porventura o mais sensível para esta tarefa de divulgação, pois está em contacto diário com a sua aplicação e conhece melhor do que ninguém o modo por vezes defeituoso e até errado como é interpretado e seguido pelos destinatários. Daí que não deva sofrer qualquer reparo a atitude dos colegas que apoiem iniciativas de divulgação do Direito, atenta a função social relevante que desempenham. 6. No entanto, no exercício desta missão, o Advogado não pode atentar contra a independência e dignidade da sua profissão, nem esquecer que é um servidor da Justiça e do Direito. A correcção e a isenção serão valores essenciais a observar, não podendo utilizar os meios e virtualidades da divulgação para infringir qualquer dos deveres consagrados no E.O.A. e, mais especialmente, as regras deontológicas que assegurem a respeitabilidade da nossa profissão. Sem querer exaustivamente referir todas as limitações possíveis, permito-me referir entre muitas, o respeito pelo segredo profissional, a abstenção de levantar em público questões profissionais e o decoro e recato na auto-promoção e publicidade. Trata-se do respeito por deveres básicos de deontologia consagrados no nosso Estatuto, cuja explicitação se torna descabida neste contexto. Apenas quanto à publicidade importará referir que não deve considerar-se vedado não omitir o nome dos advogados responsáveis por cada programa ou dos que sejam solicitados a emitir qualquer opinião. A identificação não é publicidade mas antes a salvaguarda de uma autoria e o assumir de uma responsabilidade. 7. Em resumo e conclusão sou de parecer que a Ordem dos Advogados deve responder afirmativamente à solicitada autorização e apoiar os colegas que se dispuserem a nela participar.”

Apesar do parecer ora transcrito ter mais de trinta e três anos, afigura-se como profundamente actual, pelo que, como se disse, revemo-nos integralmente na sua fundamentação e conclusão.

CONCLUSÃO Estando o peticionado pelo Sr. Advogado, Dr. (...) em consonância com as normas do E.O.A., somos de parecer que a Ordem dos Advogados deve consentir que o Requerente participe no programa de rádio para o qual foi convidado, nos exactos termos que constam do seu requerimento. Este é, s.m.o., o nosso parecer que submetemos à deliberação do Conselho Geral, o qual, se aprovado, deverá ser comunicado ao Requerente.

Barcelos, 7 de Janeiro de 2021

O vogal do Conselho Geral,

Aprovado em reunião Plenária do Conselho Geral de 8 de Janeiro de 2021

Fonte: <https://portal.oa.pt>